

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo investigar a construção social da educação sexual em uma escola municipal com um Núcleo de Adolescentes Multiplicadores. Buscou-se analisar a educação sexual nesse contexto considerando os múltiplos processos que a constituem, os quais ultrapassam os muros escolares. Algumas dessas questões são aqui retomadas e sistematizadas.

A fim de garantir a saúde individual e coletiva da sociedade, diferentes áreas de saber, como a medicina, a demografia e a educação, articulam-se, no sentido, não apenas de produzir novos saberes, mas também de regular e administrar a vida sexual da população. No centro dessas preocupações, destaca-se a figura da criança e do adolescente. Períodos de transformações e riscos, estas fases da vida tornam-se objeto sistemático de uma série de cuidados, atenções e intervenções, no sentido de garantir uma transição satisfatória para uma vida adulta que atenda a determinadas expectativas sociais. A escola, enquanto dispositivo social que atinge um grande contingente de jovens, torna-se local privilegiado para expansão da educação sexual. Daí a recorrente evocação do papel que esta tem a exercer sobre esta problemática social.

A importância da escola nesse sentido é reconhecida pelos/as adolescentes, que ressaltam seu mérito no que se refere à aprendizagem sobre temas ligados à sexualidade, reprodução, métodos anticoncepcionais, DSTs, AIDS, entre outros. Conforme demonstrado, a escola não é o primeiro local onde recebem informações sobre esses temas, o que já havia ocorrido previamente em algumas famílias – predominantemente através das mães –, através da televisão, de amigos/as ou ainda, apesar de em menor medida, através de *outdoors*, cartazes ou revistas. Mesmo assim, esses conhecimentos não têm as mesmas características.

Segundo eles/as, a escola aborda assuntos mais diversificados, aprofunda-os, explica detalhes e apresenta técnicas úteis para uma prática preventiva nas relações sexuais. Os/as adolescentes valorizam o modo “aberto” da escola abordar essas questões, gostam dessas aulas e não formulam críticas ou sugestões. De um modo geral, suas mães, pais ou responsáveis não se opõem à educação sexual escolar, ao contrário, valorizam-na.

Cabe destacar o papel democratizador que a escola cumpre na difusão dessas informações. Enquanto conversas ou falas sobre sexo não ocorrem em todas famílias, na escola, de uma forma ou de outra, essa educação pode atingir a todos. Nesse sentido, ela garante um amplo impacto populacional na transmissão de um determinado conjunto de saberes e técnicas ligados à sexualidade.

Também os/as docentes atribuem importância ao trabalho escolar de educação sexual. Avaliam que, tendo a família se isentado desse papel, a escola deve fazê-lo. As professoras de Ciências que desenvolvem esse trabalho, no entanto, consideram que ainda que a família falasse sobre isso, a escola deveria fazê-lo, pois aquelas o fariam “sem nenhum embasamento científico real”.

Deste modo, a principal distinção entre o que aprendem na escola em relação ao que aprenderam em outros locais é que o aprendido na escola é um saber envolto de um valor de verdade, ou, nas palavras de docentes, um saber “científico”. De acordo com os/as estudantes, é o que a escola lhes ensina que adotam como critério de verdade para sistematizar e avaliar seus conhecimentos prévios.

Fundamentada nesse saber “científico”, a escola busca regular as experiências sexuais de seus estudantes através de instruções e práticas úteis e não pelo rigor de proibições. Com o intuito de colaborar na administração da vida sexual adolescente, ela se propõe a esclarecer e oferecer opções de auto-cuidado, mostrando não apenas os riscos de uma relação sexual desprotegida, mas também como se proteger, como utilizar um preservativo ou algum outro método anticoncepcional.

E onde ocorria a educação sexual escolar? Uma das primeiras constatações feitas a partir dessa pesquisa é de que ela é desenvolvida predominantemente nas aulas de Ciências e, em algumas instituições, no NAM. Além da escola onde esta investigação foi desenvolvida, todas as outras visitadas colocaram-me em contato com professoras de Ciências, por serem elas as responsáveis por essa parte da

educação dos/as alunos/as. Outras pesquisas também chegaram a constatações semelhantes a essa. Essa inserção disciplinar da educação sexual na escola imprime-lhe algumas marcas que merecem aqui serem retomadas.

O livro didático destinado às sétimas séries do ensino fundamental tem como tema o corpo humano, sendo uma de suas unidades referente à reprodução. O ensino dessa unidade é o principal momento em que a educação sexual se insere concretamente na escola. Ser desenvolvida a partir de um livro de Ciências, dentro dessa disciplina e por docentes de Ciências imprime marcas no modo como esse trabalho é desenvolvido. O corpo humano é concebido como um organismo, vale dizer, é descrito em sua hierarquia funcional, em que cada um dos órgãos é estudado tendo como foco principal a função reprodutiva.

Exemplo interessante para pensar a força da biologia na educação sexual são as intervenções docentes sobre masturbação. Merece ser ressaltado a atitude desmistificadora da professora em relação a alguns preconceitos em torno dessa prática, como de que ela provocaria alguns danos ao organismo ou que não poderia ser praticada por mulheres. Se por um lado esse discurso supera preconceitos em torno da masturbação e aborda-a com equidade de gênero, por outro, cabe notar que os argumentos adotados para tal estão plenamente inscritos dentro do campo do saber biológico, tomado como padrão científico de verdade. O aumento dos mamilos masculinos ou o aparecimento de espinhas, por exemplo, não seriam resultados da masturbação, mas de alterações hormonais típicas da adolescência. De modo semelhante, ela também desconstruía a idéia de que o corpo se modificava após a perda da virgindade.

Quando o assunto é reprodução, o corpo da mulher é priorizado em relação ao do homem, a ponto de um aluno concluir que essas aulas teriam sido mais direcionadas às meninas. Essa prioridade está inscrita no livro didático que somente nesse capítulo explora o corpo da mulher com mais detalhes do que o do homem, que, em outros momentos, é apresentado como padrão de referência. Conforme demonstrado, isso está ligado ao fato do corpo da mulher ter sido historicamente alvo prioritário de dispositivos de saber e poder referentes ao sexo.

Devido às diferenças como os corpos do homem e da mulher participam do ciclo reprodutivo e na adoção de práticas preventivas, seus corpos eram focados de modos distintos: enquanto no corpo dela ganhava destaque seu aparelho reprodutivo, no dele, seu órgão sexual. A fim de gerenciar sua capacidade

reprodutiva, o corpo da mulher necessita de conhecimento interno no que se refere aos seus ciclos e à reprodução. Por outro lado, o corpo do homem é enfatizado sob uma perspectiva externa, dando especial destaque à importância e à técnica de utilização da camisinha.

Parece, no entanto, haver uma contradição no trabalho desenvolvido pela escola. Na medida em que a educação sexual é desenvolvida a partir do tema reprodução, esta acaba sendo enfatizada, quando é justamente a ocorrência dela entre adolescentes que diversas políticas educacionais querem evitar. A relação sexual acaba constantemente vinculada à reprodução – nem que seja para evitá-la – e não ao prazer, às relações entre pessoas, independentemente da sua orientação sexual, etc.

Outra questão é que, no livro didático, os métodos anticoncepcionais são recomendados a pessoas adultas que optariam pelo controle da natalidade em prol do planejamento familiar, de modo que os filhos tivessem suas necessidades básicas atendidas. A vinculação dos métodos anticoncepcionais aos adultos os distancia dos/as adolescentes, para quem é apenas recomendado o preservativo. Este acaba praticamente limitado ao preservativo masculino, devido aos altos custos da camisinha feminina e à sua baixa aceitação entre adolescentes, seja pelo seu tamanho e aspecto físico, seja pela dificuldade em compreender como utilizá-la. Desse modo, apesar do corpo da mulher ser priorizado na educação sexual escolar e da mulher estar socialmente mais investida do que o homem da responsabilidade por evitar a gravidez, acaba dependendo do homem, em última instância, a decisão e a adoção do preservativo, pois é no seu corpo que a camisinha masculina precisa ser inserida.

Além das aulas de Ciências, em algumas escolas municipais, a educação sexual é também desenvolvida no NAM. Dada a grande importância desse projeto na Secretaria de Educação, cabe aqui sistematizar algumas questões sobre o mesmo.

Devido à sua estrutura, como o número reduzido de estudantes, o interesse por temáticas em comum, entre outros, nos encontros do NAM, criam-se oportunidades de diálogo sobre temas diversos, como a partir de dinâmicas, filmes ou reportagens. Essas experiências pouco ocorrem em aula, cuja trajetória acaba sendo influenciada pelo livro didático. No NAM, a sexualidade é tratada a partir

de um enfoque menos biológico do que em sala de aula, e questões sociológicas e culturais ganham destaque.

O NAM, enquanto projeto, está fundamentado em idéias interessantes, como a criação dentro da escola de um espaço específico para adolescentes discutirem questões de seu interesse, a continuidade do trabalho, o ideal de que as informações ali recebidas sejam multiplicadas entre amigos/as, familiares e vizinhos, entre outras. Por um lado, quem participa do grupo recebe uma formação privilegiada em relação a esses temas, por outro, percebi no dia-a-dia da escola diversas outras dificuldades para a concretização de algumas idéias. Percebe-se aqui algo um tanto quanto comum no campo da educação: a distância entre políticas educacionais e a prática. Esse mesmo problema foi observado em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais, cuja proposta, aprovada por docentes enquanto tal, não se concretiza nas escolas.

O primeiro impasse refere-se ao público que tal projeto é capaz de atingir. Não são todas as escolas que têm um NAM e, apesar do número de grupos ter aumentado de 2003 a 2004, parece improvável que uma rede de ensino de tamanha magnitude quanto a do Rio de Janeiro, com problemas de verba e falta de docentes consiga ter um Núcleo em cada escola. Durante o primeiro semestre de 2003, por exemplo, na própria escola onde a pesquisa foi desenvolvida, o turno da manhã passou um longo período sem professor de Ciências. Parece contraditório pensar que diversas turmas, com um grande número de alunos/as em cada uma, permanecessem sem aula, enquanto uma professora de Ciências trabalhava no mesmo horário no NAM com um pequeno grupo de 10 a 15 estudantes. Esses pareciam extremamente privilegiados em relação àqueles, que não tinham suas necessidades básicas de ensino atingidas. Aqueles, nem mesmo nas aulas de Ciências, tinham a oportunidade de conversar e aprender sobre sexualidade.

Suponhamos, porém, que todas escolas de ensino fundamental tivessem um NAM. Ainda assim, o problema do público restrito atingido por essa política educacional não estaria resolvido. Nem todos estudantes de uma escola participam de um NAM e o discurso de que “participa quem quer” na verdade esconde limitações concretas de participação, que estão para além da vontade individual de cada um.

Diversos estudantes enfrentam dificuldades em ir à escola fora do horário de aula. Os motivos são diversos, alguns pessoais, outros geográficos e outros

profissionais. Há quem não goste de acordar cedo ou que, residindo longe, não goste de passar o dia na escola sem poder almoçar em casa. Há também quem precise ajudar a cuidar de irmãos mais novos ou de alguém adoentado na família e há meninos que já ingressaram no mercado de trabalho e não podem dispor do turno integral para a escola. Esse último é um problema que atinge predominantemente meninos, que, de um modo geral, nessa região do país, começam a trabalhar fora de casa antes do que as meninas. Esse é mais um motivo que parece influenciar a predominância de meninas no NAM.

O público majoritariamente feminino do NAM é outro ponto a ser considerado, pois esse projeto acaba atingindo um número infinitamente maior de garotas do que de garotos. Se as meninas já são socialmente mais responsabilizadas pela gravidez e pela maternidade, por exemplo, um trabalho de educação sexual que atinja a elas e não aos meninos acaba por reforçar essa responsabilização da mulher pelas práticas de prevenção. Novamente, essa característica feminina do NAM não era exclusividade da escola pesquisada, pois o grupo da Zona Norte visitado apresentava a mesma configuração e a professora Silvana relatava que isso era comum a diversos grupos. Conforme mencionado anteriormente, essa é mais uma questão ligada, por um lado, aos dispositivos de saberes e poder sobre o sexo, que historicamente foram construídos predominantemente em torno do corpo da mulher e, por outro lado, à prioridade dada a esse corpo, quando o assunto é sexo e reprodução. Professoras, majoritariamente do sexo feminino, ministram as aulas de Ciências e os encontros do NAM. Outra questão é que “ter bom comportamento” acabava sendo um critério, nem sempre explícito, para ingresso no NAM, o que facilita a entrada de meninas e limita a de meninos, que mais frequentemente não se enquadram nos padrões escolares de bom comportamento. Além disso, e do fato dos temas trabalhados no NAM serem considerados de maior interesse das meninas, a forma de desenvolver esses trabalhos pode também estar direcionando a clientela do grupo. Discussões, confecções de cartazes, dinâmicas reflexivas com músicas, entre outros, parecem interessar mais a garotas do que a garotos.

A fim de solucionar o baixo impacto direto dos NAMs entre adolescentes, consta no projeto e no próprio nome do grupo o ideal de multiplicação. Caberia aos/às adolescentes multiplicarem as informações recebidas. No entanto,

conforme demonstrado ao longo da tese, essa multiplicação pouco ocorria, fosse formal ou informalmente.

Além disso, o público participante não era constante, ou seja, eram raras as pessoas que permaneciam ao longo de todo o ano letivo. A evasão é causada por motivos pessoais, desinteresse pelos trabalhos ou temática abordada em determinado período ou pelo interesse de participar de outra atividade, como algum curso de teatro ou computação, escolinha de futebol etc. Os trabalhos do NAM são relativamente imediatos, ou seja, raramente há um objetivo a longo prazo, que motive e justifique a participação contínua e o envolvimento nas reuniões. Diferentemente de uma equipe de futebol que treina para participar de um campeonato ou grupo que monte uma peça teatral, as atividades do NAM normalmente se restringem a um ou poucos encontros.

Se esse tipo de projeto não garante um atendimento uniforme a todos estudantes da rede municipal de ensino, o mesmo pode ser dito em relação a seus professores. As/os coordenadoras/es de NAM acabam tendo um espaço de atuação e de formação privilegiado em relação aos outros. Além de terem tempo remunerado para estudo e preparação de reuniões, têm encontros mensais com as coordenadoras do Núcleo de Educação Ambiental e Saúde (NEAS), quando assistem a palestras ou oficinas. São freqüentemente chamadas/os para participar de cursos de capacitação no Rio de Janeiro ou em cidades próximas na região. Por outro lado, o curso de capacitação de professores sobre educação sexual oferecido anualmente pelo NEAS a toda rede municipal de ensino tem sempre sua lotação esgotada e nem todos docentes que desejam conseguem participar. Nesse sentido, grande parte dos professores da rede permanece sem formação específica para atuar nesse campo.

Essas questões fazem-me ponderar até que ponto o NAM é a melhor estratégia de educação sexual a ser adotada nas redes de ensino. Cabe, no meu entender, à Secretaria de Educação e às/aos professoras/es envolvidas/os nesse projeto construir estratégias de intervenção que atinjam de modo mais igualitário os docentes e todos/as estudantes, meninas e meninos, da rede de ensino.

Alguns outros pontos sobre a educação sexual na escola merecem ser retomados nesse momento final de tese. Conforme mencionado, uma das principais preocupações da educação sexual refere-se à gravidez na adolescência. Esse tema ganha atualmente privilegiado destaque se comparado à AIDS, por

exemplo. Não por acaso não consta nessa tese um capítulo específico sobre essa doença. Ao contrário do NAM, nas aulas ela foi rapidamente mencionada junto com outras DSTs e para justificar o uso de preservativos. Esse é um ponto que merece atenção e cuidado, pois talvez, frente ao maior controle dessa epidemia no Brasil e à disponibilidade de medicamentos para controlá-la, esse assunto esteja ganhando menos atenção nas intervenções educacionais. Outras pesquisas são necessárias para constatar se isto é algo constante ou uma particularidade daquele ano letivo naquela escola.

Já a gravidez na adolescência, que tem sido recorrentemente abordada nos meios de comunicação como uma epidemia, é foco de apurada atenção também na escola, a ponto de um garoto concluir que ali aprendera que, além de gravidez, existe “gravidez precoce”. Diferentemente de outros momentos históricos, a gravidez nesta faixa etária aparece atualmente como um anacronismo, pois demandas sociais e econômicas induzem à concepção de que essas duas experiências mantêm uma relação de inadequação: a adolescência é concebida como um período de formação e de divertimento, enquanto a gravidez requer amadurecimento, planejamento e estrutura econômicos, profissionais e pessoais para criar um novo ser.

Apesar do destaque dado à gravidez em relação à AIDS, o preservativo permanece sendo o método anticoncepcional e de proteção mais recomendado, enquanto a pílula anticoncepcional é desaconselhada. A pílula, no entanto, é extremamente eficiente na prevenção da gravidez, e seus efeitos colaterais, tão divulgados na escola, têm sido descartados por médicos e indústrias farmacêuticas. Apesar da importância de se questionar esse discurso da área médica, cabe problematizar se o enfoque escolar dado à pílula tem sido útil às/aos adolescentes. Para isso, deve-se considerar, conforme apontado por várias pesquisas, que a camisinha acaba frequentemente sendo abandonada dentro de relações estáveis. Quando isso ocorre, a pílula pode não estar sendo adotada, entre outros motivos, pelo seu desprestígio social.

Para além de aprender as etapas de uma gestação e os modos de preveni-la, aprende-se na escola que uma gravidez deve ser planejada, de modo a ocorrer no momento certo e dentro de uma relação estável entre um homem e uma mulher. Relações homossexuais não são colocadas em questão.



Acaba-se, deste modo, criando-se ideais de relação sobre os quais a escola intervém. Exemplo disso é o modo do livro didático apresentar os métodos anticoncepcionais, que devem ser usados por um casal que deseje e planeje o número de filhos e o momento de tê-los. O uso do preservativo, tão divulgado nessas aulas, também acaba sendo recomendado para um casal de namorados com uma relação duradoura, pois é nesse tipo de relacionamento que uma relação sexual teria legitimidade.

Esta é uma questão importante. Conforme apontam também outras pesquisas, o não reconhecimento da sexualidade adolescente pode estar distanciando esses jovens do uso de preservativos ou de métodos anticoncepcionais. Sem o reconhecimento social – e escolar – das diversas formas dos adolescentes relacionarem-se sexualmente, a transmissão de informações pode ter um impacto limitado nas suas vidas. A não-legitimidade de determinadas formas de relação, como uma relação sexual entre dois “ficantes” ou entre homossexuais, pode dificultar-lhes o acesso à informação e a preservativos, assim como intervir negativamente na sua utilização.

Apesar de receberem informações detalhadas sobre como os métodos anticoncepcionais e de prevenção devem ser utilizados, nem sempre assimilam essas informações e dúvidas permanecem após essas aulas. Decorre disso a necessidade de que esses ensinamentos sejam retomados noutros momentos das suas trajetórias escolares. Além disso, parece importante ampliar o leque de informações, incluindo, no livro didático e nas aulas, mais informações sobre pílulas anticoncepcionais injetáveis, cápsulas, anéis vaginais e a própria “pílula do dia seguinte”, além de informações sobre locais onde podem adquiri-los, como postos de saúde, criando-se assim opções diversificadas e formas de acesso.

A primeira relação sexual, experiência pela qual a maioria dos/as estudantes entrevistados/as ainda não tinha passado, era motivo de grande atenção, a qual era distinta para meninas e meninos. Mesmo considerando os limites desta pesquisa, que conseguiu entrevistar um número reduzido de garotos, percebeu-se que eles não construíam grandes expectativas em torno dessa experiência, mas mostravam-se ansiosos que essa passagem ocorresse o quanto antes. Por outro lado, a maioria das meninas planejava como gostaria de vivenciar esse importante momento nas suas vidas. Seus critérios de planejamento eram de ordem temporal, além de dizerem respeito ao garoto e ao tipo de relação que tinham com ele. Resumindo,

ele deveria ser atencioso e compreensivo com ela, a relação deveria ser preferencialmente de namoro, já durar algum tempo e perdurar após a relação sexual. Apesar de não saberem definir a idade ideal, ainda se consideravam muito novas para isso. Por fim, a primeira relação sexual deveria ser um ato consciente e planejado, para o qual o preservativo e, em alguns casos, também a pílula anticoncepcional eram indispensáveis. Garotos também fazem referência ao projeto de usar camisinha. Nota-se que, no plano discursivo, as/os adolescentes incorporaram os ensinamentos escolares sobre a necessidade do preservativo. No entanto, disso não é possível inferir que de fato essa prática seja adotada. Os limites dessa pesquisa não permitem essa conclusão, sendo a gravidez da aluna Leandra, que também reproduzia essa preocupação, um alerta para esse questionamento.

Cabe notar que essa é uma questão que ultrapassa os limites da intervenção escolar. A professora Leticia – coordenadora de um NAM – contou que, certa vez, cobrada pela diretora de sua escola sobre o seu trabalho por continuar aparecendo alunas grávidas, respondeu: “Meu trabalho é de esclarecimento e não de anticoncepção”.

Aliado ao esclarecimento, e através dele, as intervenções escolares buscam desenvolver um sentido de “responsabilidade” em torno das relações sexuais, buscando mudar ou adequar os dispositivos que estruturam os comportamentos preventivos. Para isso, além de recomendar o uso do preservativo para uma prática de sexo seguro, acaba-se aconselhando um determinado modelo de relacionamento no qual a relação sexual deva ocorrer. O preservativo não é pensado e aconselhado para múltiplas formas de relação sexual entre adolescentes, independentemente da sua durabilidade, orientação sexual, entre outros. Além disso, o modo de focá-lo pressupõe uma racionalização e previsibilidade das relações que, na prática, parece nem sempre ocorrer. Esse modo de focar a questão pode estar limitando os efeitos que essa ação educativa pretende atingir. Atenção particular deve ser dada às relações homossexuais, as quais são praticamente ignoradas nessas ações educativas.

Nesse sentido, o caso de Paulo Vítor, descrito no quarto capítulo, serve de alerta sobre como algumas instituições de ensino têm criado estratégias (indiretas) de exclusão na e da escola de pessoas com condutas de gênero ou sexuais consideradas desviantes. Apesar da impossibilidade de generalizar tal afirmação, a

experiência prévia desse garoto em outra escola – quando foi ilegalmente transferido para a noite – e dados de outras pesquisas mostram que sua discriminação e exclusão não são casos isolados. Se meninos com um comportamento considerado afeminado enfrentam problemas principalmente com colegas, quando uma dita homossexualidade se torna mais explícita ou assumida, os impasses ultrapassam o universo discente. Neste caso específico, esse estudante deveria mudar seu corpo, seu jeito de andar e se portar, comportando-se de um modo considerado condizente com uma instituição de ensino se não quisesse ser suspenso ou expulso, o que era dissimulado ao nomear tais providências de “descanso” e “transferência”. A gravidade desse caso torna imperativa a atenção das instituições de ensino a essas questões, assim como explicita a necessidade de mais pesquisas no campo da educação sobre esse tema – também no que se refere a casos de mulheres, que não foram encontrados nessa pesquisa.

Antes de colocar um ponto final nessa tese, algumas últimas questões cabem ser ditas. Os dados da pesquisa indicam a importância dos livros didáticos na educação sexual nas escolas. Amplamente utilizados no Brasil, são eles que introduzem concretamente e direcionam a abordagem do tema da sexualidade na escola. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada a esse suporte de ensino, seja pelos mecanismos de avaliação desse material, ligados ao MEC, que recomendam ou não os livros às escolas, seja pelas/os professoras/es quando escolhem o livro a ser adotado em sala de aula.

Essa tese de doutorado teve como base uma pesquisa etnográfica desenvolvida em uma escola. Esse enfoque metodológico, como qualquer outro, depara-se com limites e possibilidades. A oportunidade de acompanhar o dia-a-dia de uma escola possibilita, entre outros, observar as práticas de intervenções pedagógicas, contrapondo os discursos obtidos sobre as mesmas nas entrevistas à sua dimensão concreta de realização. Por outro lado, esse tipo de pesquisa fica limitado a uma instituição e relações com outras só puderam ser feitas a partir de visitas a outras escolas e entrevistas com seus docentes. Nesse sentido, cabe ressaltar a necessidade do desenvolvimento de outras pesquisas, em outras instituições. Pouco se sabe, por exemplo, sobre como instituições privadas, laicas e religiosas, têm enfrentado, ou não, a educação sexual. Pesquisas comparativas entre escolas também podem abrir portas de análises fecundas.

São igualmente necessárias pesquisas com estudantes de outras faixas etárias, em outros ciclos de escolarização. Suponho que estudantes de idade mais avançada, como do ensino médio, sejam capazes de retomar suas trajetórias escolares mais a longo prazo e fornecer dados importantes sobre sua aprendizagem escolar sobre sexualidade.

Outra questão refere-se ao público masculino. Essa pesquisa, nas entrevistas, teve acesso a uma quantidade maior de meninas do que de meninos. Considero importante que eles sejam priorizados em outras pesquisas sobre o tema, sendo que para isso talvez seja necessário o maior envolvimento de pesquisadores homens com essa temática.

A atual demanda de inserção de educação sexual na escola lhe coloca inúmeros desafios. Em nenhum momento essa tese teve por objetivo prescrever conselhos sobre o que essa instituição deveria fazer. Ao contrário, dentro de seus limites, buscou-se descrever um pouco da história atual de como essa instituição tem construído sua atuação, resgatando suas características, importância, condições de concretização, bem como limites e impasses enfrentados, os quais, ultrapassam fronteiras individuais, indo além da intervenção docente, da sala de aula e da própria escola. Nesse sentido, esse final de tese não pretende esmagar a escola sob um fala prescritiva ou profética determinando de fora o que deva ser feito. Ao contrário, se ela tiver despertado inquietações, dúvidas, discórdias ou produzido deslocamentos, terá atingido seus objetivos.